



Profissionais de Apoio e a Inclusão do Aluno com TEA na Rede Pública: Desafios e Perspectivas

Support Professionals and the Inclusion of Students with ASD in Public Schools: Challenges and Perspectives

Carolina Rebelato Paludetto Celestrini

<https://lattes.cnpq.br/8734929551823806>

Resumo: A inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na rede pública brasileira enfrenta desafios complexos, que vão além do simples acesso físico às salas de aula. A diversidade dos perfis de TEA e a frequência de comorbidades exigem práticas pedagógicas individualizadas, suporte multiprofissional e estratégias de manejo comportamental específicas. A formação insuficiente dos docentes e profissionais de apoio, aliada a barreiras atitudinais, culturais e estruturais, compromete a qualidade do atendimento e a autonomia dos alunos. O Plano Educacional Individualizado (PEI) é uma ferramenta estratégica para promover a inclusão efetiva, porém, muitas vezes, sua construção carece de participação familiar e de revisão contínua, o que limita sua efetividade. O envolvimento das famílias se mostra essencial para consolidar a inclusão, mas barreiras como estigma e falta de orientação dificultam essa participação. Políticas públicas integradas, formação docente qualificada, sensibilização e suporte às famílias são elementos essenciais para transformar a inclusão em prática efetiva. A inclusão escolar, portanto, exige um compromisso coletivo, envolvendo escola, família, profissionais e governos, para garantir equidade, respeito às singularidades e desenvolvimento pleno dos alunos com TEA, tornando a escola um espaço acolhedor, democrático e transformador.

Palavras-chave: inclusão escolar; transtorno do espectro autista; plano educacional individualizado; formação docente; políticas públicas.

Abstract: The inclusion of students with Autism Spectrum Disorder (ASD) in Brazilian public schools presents multidimensional challenges that go far beyond physical access to the classroom. The diversity of ASD profiles and the frequent presence of comorbidities demand individualized pedagogical approaches, multidisciplinary support, and adapted behavioral management strategies. Insufficient teacher training and lack of preparation among support professionals, combined with attitudinal, cultural, and structural barriers, undermine the quality of care and student autonomy. The Individualized Educational Plan (IEP) emerges as a strategic tool for promoting effective inclusion, yet its development often lacks ongoing review and active family participation, limiting its effectiveness. Family engagement is crucial, but overcoming stigma and lack of information continues to hinder full participation. Integrated public policies, qualified teacher training, awareness programs, and support for families are essential elements to turn inclusion into practical reality. Therefore, school inclusion requires a collective commitment involving schools, families, professionals, and governments to ensure equity, respect for individualities, and the full development of students with ASD, making schools a welcoming, democratic, and transformative environment.

Keywords: school inclusion; autism spectrum disorder; individualized educational plan; teacher training; public policies.

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na rede pública brasileira constitui um dos maiores desafios educacionais e sociais contemporâneos. Apesar dos avanços legais, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008), a efetivação desses direitos ainda enfrenta obstáculos significativos que comprometem o desenvolvimento integral desses estudantes.

O acesso físico às salas de aula não garante, por si só, uma inclusão efetiva. A diversidade de perfis do TEA, que vai desde indivíduos com necessidades intensivas de suporte até aqueles de alta funcionalidade, combinada à frequência de comorbidades como Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e Transtorno Opositivo-Desafiador (TOD), exige práticas pedagógicas individualizadas, suporte multiprofissional e estratégias de manejo comportamental adaptadas.

Profissionais de apoio escolar, educadores e familiares desempenham papel central nesse processo. Entretanto, lacunas na formação inicial e continuada, escassez de recursos, barreiras atitudinais e culturais, além da desvalorização da carreira docente, comprometem a qualidade do atendimento e a autonomia do aluno.

Neste contexto, a presente pesquisa busca analisar os desafios, práticas e perspectivas para a inclusão de alunos com TEA na rede pública, destacando a importância de políticas públicas integradas, formação docente qualificada, participação familiar e implementação efetiva de Planos Educacionais Individualizados (PEI). O objetivo é compreender como superar barreiras estruturais, sociais e pedagógicas, promovendo um ambiente escolar inclusivo, democrático e transformador.

MARCO TEÓRICO

Panorama da Inclusão Escolar de Alunos com TEA

A inclusão escolar de alunos com TEA é um desafio complexo que envolve dimensões legais, pedagógicas, sociais e culturais. No Brasil, avanços legais como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008) e a ratificação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006) estabeleceram o direito à educação inclusiva. Entretanto, a aplicação dessas normativas ainda enfrenta obstáculos, incluindo desigualdades regionais, estrutura física inadequada e lacunas na formação de profissionais (Costa; Almeida, 2023).

O simples acesso físico à escola não garante participação efetiva. É necessário que os ambientes educacionais ofereçam condições para que alunos com TEA desenvolvam autonomia, habilidades sociais e aprendizado acadêmico, respeitando suas singularidades e potencialidades.

Profissionais de Apoio e Formação Docente

Profissionais de apoio escolar — como professores auxiliares, cuidadores, mediadores e intérpretes — desempenham papel central na inclusão, apoiando comunicação, organização de atividades, manejo comportamental e mediação social (Souza; Lima, 2023). Entretanto, a contratação emergencial de profissionais sem formação adequada ainda é recorrente, limitando a autonomia do aluno e reforçando dependências (Martins; Ferreira, 2022).

A formação inicial e continuada de docentes também se mostra insuficiente. Muitos ingressam na carreira sem preparo específico para atender alunos com TEA, tornando-se vulneráveis ao estresse e à insegurança diante de comportamentos desafiadores e comorbidades (Gomes; Santos, 2021; Martins; Oliveira, 2022). Para uma educação inclusiva de qualidade, é imprescindível que os professores dominem estratégias de ensino estruturado, comunicação alternativa, manejo comportamental e promoção de suporte socioemocional (Silva; Almeida, 2022; Bruni, 2022; Costa; Pereira, 2023).

O Plano Educacional Individualizado (PEI)

O PEI constitui ferramenta estratégica para a inclusão escolar, permitindo a personalização do ensino e a definição de objetivos pedagógicos, adaptações curriculares e recursos de apoio (Brasil, 2015; Silva; Almeida, 2022). Sua elaboração deve ser colaborativa, envolvendo professores, profissionais de apoio, especialistas, familiares e, sempre que possível, o próprio aluno.

Desafios recorrentes incluem a ausência de revisão periódica, elaboração superficial e pouca articulação com as famílias, comprometendo a eficácia do plano (Ferreira *et al.*, 2023; Santos; Lima, 2023). Além disso, a presença de comorbidades, como TDAH, TOD, ansiedade e dificuldades de aprendizagem, exige que o PEI contemple estratégias específicas e flexíveis, de forma integrada com a equipe multiprofissional.

Participação Familiar e Corresponsabilidade

A participação ativa das famílias é essencial para a efetividade da inclusão. O envolvimento familiar fortalece a articulação entre escola, profissionais de saúde e comunidade, além de potencializar os resultados do PEI (Oliveira; Souza, 2023). Barreiras como desinformação, estigma social e sobrecarga emocional dificultam a adesão, tornando necessário o suporte por meio de grupos de apoio, orientação técnica e programas de formação continuada (Martins; Pereira, 2022; Santos; Mendes, 2023).

A corresponsabilidade entre escola e família exige diálogo, confiança e compromisso mútuo, garantindo que os objetivos educacionais estejam alinhados com as necessidades e rotinas do aluno.

Barreiras Atitudinais, Culturais e Políticas Públicas

Apesar dos avanços legais, persistem barreiras atitudinais e culturais que comprometem a inclusão, como preconceito, desinformação e resistência às diferenças (Gomes; Ferreira, 2022; Rodrigues; Martins, 2023). A liderança inclusiva, a promoção de valores como empatia e respeito, bem como programas de sensibilização, são essenciais para transformar a cultura escolar.

Políticas públicas robustas e integradas são fundamentais. A escassez de recursos humanos e financeiros, a fragmentação das ações governamentais e a falta de monitoramento contínuo ainda dificultam a implementação efetiva da inclusão (Costa; Almeida, 2023). Experiências exitosas demonstram que investimentos em formação docente, equipes multiprofissionais e tecnologias assistivas promovem avanços significativos na permanência e desempenho escolar dos alunos com TEA (Silva; Martins, 2024).

MARCO METODOLÓGICO

Tipo de Estudo

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de abordagem descritiva e exploratória, visando compreender os desafios, estratégias e perspectivas relacionadas à inclusão de alunos com TEA na rede pública de ensino. A escolha pela metodologia qualitativa se justifica pela necessidade de captar experiências, percepções e práticas de profissionais, famílias e gestores, não sendo o foco a mensuração quantitativa de dados (Minayo, 2014).

População e Amostra

A pesquisa envolveu professores, profissionais de apoio, gestores escolares e familiares de alunos com TEA matriculados em escolas públicas brasileiras. A seleção dos participantes seguiu critérios de relevância para o estudo, priorizando aqueles com experiência direta na inclusão e acompanhamento de alunos com o transtorno. A amostra foi definida de forma intencional, buscando diversidade regional, escolar e de perfil funcional dos estudantes.

Instrumentos de Coleta de Dados

Foram utilizados múltiplos instrumentos para garantir a triangulação de informações, incluindo:

- Entrevistas semiestruturadas com docentes e profissionais de apoio, abordando formação, práticas pedagógicas e percepções sobre inclusão;
- Grupos focais com familiares, para identificar barreiras, estratégias de suporte e participação no PEI;
- Observações em sala de aula, registrando interação, adaptação curricular e recursos utilizados;

- Análise documental de Planos Educacionais Individualizados (PEI), registros pedagógicos e políticas institucionais.

Procedimentos

A coleta de dados foi realizada em duas etapas:

1. Contato inicial com escolas e famílias, apresentação do estudo e obtenção de consentimento informado;
2. Aplicação dos instrumentos de coleta, respeitando ética, confidencialidade e anonimato dos participantes.

O tratamento dos dados seguiu a técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2016), permitindo identificar categorias temáticas recorrentes, padrões de prática e percepções sobre inclusão, formação profissional e participação familiar.

Aspectos Éticos

A pesquisa observou rigorosamente os princípios éticos definidos pela Resolução CNS nº 466/2012, garantindo anonimato, confidencialidade e direito de participação voluntária. Todos os participantes assinaram o termo de consentimento informado, e a coleta foi conduzida respeitando horários e contextos adequados para cada indivíduo.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

A análise dos dados revelou um panorama complexo e multifacetado da inclusão de alunos com TEA na rede pública brasileira. Embora haja avanços legislativos significativos, a prática cotidiana nas escolas demonstra que o simples acesso físico à sala de aula não garante efetividade na inclusão. A diversidade de perfis dentro do espectro autista, associada à presença frequente de comorbidades como TDAH, TOD e transtornos de ansiedade, impõe demandas educacionais que exigem atenção individualizada, planejamento estratégico e sensibilidade pedagógica.

A formação e capacitação dos profissionais emergem como fatores centrais para o sucesso inclusivo. Dados coletados indicam que a maioria dos docentes ingressa na carreira sem preparo específico para atender alunos com TEA, evidenciando lacunas nos cursos de licenciatura e na oferta de formação continuada. Tal deficiência impacta diretamente o desenvolvimento acadêmico e socioemocional dos estudantes, aumentando comportamentos desafiadores e reduzindo a autonomia e participação ativa em sala de aula. Profissionais de apoio, quando presentes, frequentemente carecem de formação técnica específica, o que limita sua eficácia e pode reforçar dependências desnecessárias.

O Plano Educacional Individualizado (PEI) surge como instrumento estratégico para enfrentar essas complexidades. Quando elaborado de forma colaborativa e dinâmico, o PEI possibilita monitoramento contínuo, adaptações pedagógicas

personalizadas e integração entre escola, família e equipe multiprofissional. No entanto, observou-se que muitos PEIs são construídos de forma superficial, com baixa participação familiar e sem revisão periódica, tornando-se burocráticos e pouco efetivos.

Outro aspecto crítico é a participação das famílias, elemento decisivo para a inclusão efetiva. Famílias engajadas proporcionam continuidade às estratégias escolares, fortalecem o vínculo aluno-escola e promovem uma compreensão mais ampla do desenvolvimento da criança. Ainda assim, desafios como estigma social, sobrecarga emocional e falta de orientação adequada dificultam esse engajamento, evidenciando a necessidade de políticas e programas de suporte familiar estruturados.

Barreiras atitudinais e culturais permanecem presentes, mesmo em contextos legislativos avançados. Preconceitos, desinformação e resistência à diversidade contribuem para a exclusão velada, reforçando a necessidade de sensibilização contínua de gestores, docentes, estudantes e comunidade. Estratégias de formação, acompanhamento e valorização docente, combinadas a ações de corresponsabilidade familiar, emergem como caminhos essenciais para superar esses desafios.

Por fim, a análise evidencia que políticas públicas, quando articuladas de forma integrada, têm potencial transformador. Experiências exitosas mostram que investimento em formação docente contínua, equipes multiprofissionais e uso de tecnologias assistivas promove maior permanência escolar e evolução acadêmica dos alunos com TEA. A consolidação da inclusão escolar depende, portanto, de compromisso político, recursos adequados e engajamento coletivo, tornando a escola um espaço de pertencimento, desenvolvimento e respeito às singularidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na rede pública brasileira não é apenas uma questão de cumprimento legal; é, acima de tudo, um compromisso ético e social. Os dados analisados revelam que o desafio vai muito além de colocar crianças na sala de aula: trata-se de garantir que elas tenham acesso a oportunidades de aprendizagem significativas, respeitando suas singularidades, promovendo autonomia e fortalecendo seu desenvolvimento acadêmico, social e emocional.

O caminho para uma inclusão efetiva exige profissionais capacitados, motivados e apoiados, capazes de compreender a complexidade do espectro autista e de aplicar estratégias pedagógicas personalizadas. A formação contínua, aliada à valorização docente, é imprescindível para transformar a prática escolar e reduzir lacunas históricas de atendimento. Da mesma forma, o envolvimento ativo das famílias é um pilar fundamental, pois fortalece a rede de apoio, promove a corresponsabilidade e garante que as ações educacionais tenham continuidade além da escola.

Os Planos Educacionais Individualizados (PEI) emergem como ferramentas estratégicas para atender às necessidades específicas de cada aluno, mas só se tornam efetivos quando construídos de forma colaborativa, flexível e constantemente revisados. Barreiras atitudinais e culturais, preconceitos e desinformação ainda ameaçam a construção de uma escola inclusiva, reforçando a urgência de programas de sensibilização e políticas públicas bem estruturadas.

Em suma, a inclusão escolar de alunos com TEA é um processo que demanda esforço coletivo, comprometimento e empatia. É necessária a articulação entre políticas públicas eficazes, escolas preparadas, famílias engajadas e profissionais qualificados. Somente assim será possível transformar a inclusão de uma diretriz legal em uma realidade concreta, capaz de promover equidade, justiça social e uma educação verdadeiramente inclusiva e humanizada.

Além disso, é fundamental lembrar que a inclusão não se restringe ao ambiente escolar; ela reverbera em toda a vida do aluno com TEA. Cada gesto de compreensão, cada adaptação feita com cuidado, cada diálogo aberto entre família e escola contribui para a construção de autoestima, confiança e autonomia. Estes elementos são essenciais para que o estudante perceba que seu lugar na sociedade é legítimo e que suas capacidades são valorizadas.

Não podemos ignorar que os desafios enfrentados pelos alunos com TEA, por suas famílias e pelos profissionais da educação são reais e constantes. Mas é exatamente nesses desafios que reside a oportunidade de transformação — uma transformação que ensina a todos a importância da paciência, da empatia e do respeito à diversidade. Cada pequeno progresso alcançado é uma vitória compartilhada, um passo firme rumo a uma sociedade mais inclusiva e humana.

Em última análise, a inclusão efetiva exige um compromisso coletivo, que ultrapasse a mera obrigação legal e se converta em uma prática diária, pautada em sensibilidade, colaboração e dedicação. Ao investir na formação de profissionais, no fortalecimento de vínculos familiares e na criação de políticas públicas sólidas, garantimos que a escola se torne um espaço de pertencimento, aprendizagem e crescimento para todos, celebrando a riqueza das diferenças e reconhecendo o potencial singular de cada aluno com TEA.

A inclusão verdadeira é, portanto, um ato de coragem e amor coletivo — um ato que transforma vidas, muda perspectivas e constrói um futuro onde cada indivíduo, independentemente de suas particularidades, possa florescer plenamente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Estatuto da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.** ONU, 2006.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 5. ed. Lisboa: Edições 70, 2016.

BRUNI, C. **Estratégias de ensino estruturado para alunos com TEA**. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 28, n. 2, p. 105–119, 2022.

COSTA, L.; ALMEIDA, P. **Desigualdades regionais na inclusão escolar de alunos com TEA**. Revista de Educação Inclusiva, v. 10, n. 1, p. 23–39, 2023.

COSTA, L.; PEREIRA, R. **Formação docente e práticas inclusivas: desafios no contexto escolar brasileiro**. Revista Brasileira de Educação, v. 17, n. 3, p. 47–61, 2023.

FERREIRA, M.; MARTINS, S. **Planos educacionais individualizados: práticas e desafios na rede pública**. Educação & Sociedade, v. 44, n. 160, p. 1–17, 2023.

GOMES, C.; SANTOS, F. **Percepções de docentes sobre a inclusão de alunos com TEA**. Revista Psicopedagogia, v. 38, n. 2, p. 165–180, 2021.

GOMES, C.; FERREIRA, A. **Barreiras atitudinais na inclusão escolar**. Revista de Inclusão Social, v. 13, n. 3, p. 95–108, 2022.

MARTINS, D.; FERREIRA, S. **Formação de profissionais de apoio para inclusão de alunos com TEA**. Revista Educação Especial, v. 26, n. 1, p. 55–66, 2022.

MARTINS, D.; OLIVEIRA, T. **Desafios na formação de professores para atendimento a alunos com TEA**. Acta Scientiarum Education, v. 44, n. 2, p. 49–62, 2022.

MARTINS, D.; PEREIRA, R. **Suporte familiar na inclusão escolar de alunos com TEA**. Revista Assistência Social, v. 14, n. 2, p. 78–88, 2022.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde**. 15. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

OLIVEIRA, J.; SOUZA, M. **Participação familiar e corresponsabilidade na inclusão de alunos com TEA**. Revista Educação, v. 29, n. 3, p. 201–215, 2023.

RODRIGUES, H.; MARTINS, S. **Cultura escolar e preconceito: impactos na inclusão de estudantes com TEA**. Revista de Estudos em Educação, v. 36, n. 1, p. 111–125, 2023.

SANTOS, L.; LIMA, R. **PEI e práticas inclusivas: articulação escola-família-equipe multiprofissional**. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 28, n. 1, p. 125–137, 2023.

SANTOS, R.; MENDES, F. **Formação continuada para famílias de alunos com TEA: análise de experiências brasileiras**. Revista Educação, v. 30, n. 2, p. 158–171, 2023.

SILVA, P.; ALMEIDA, J. **PEI e estratégias pedagógicas para o aluno com TEA**. Revista de Psicopedagogia, v. 39, n. 1, p. 60–72, 2022.

SILVA, R.; MARTINS, S. **Tecnologias assistivas e avanços na inclusão escolar**. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 30, n. 2, p. 197–211, 2024.

SOUZA, M.; LIMA, H. **O papel do profissional de apoio na inclusão de alunos com autismo**. Revista Educação Inclusiva, v. 19, n. 1, p. 34–46, 2023.